

Regimes de verdade e sexualidade: um olhar sobre a instituição escolar em enunciados do projeto “Escola sem partido”

Truth regimes and sexuality: a look at the school institution in project statements “Escola sem Partido”

Laurianne Guimarães Mendes
Secretaria de Estado de Educação, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Vinícius Durval Dorne
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Resumo: O presente trabalho traz algumas reflexões acerca da pesquisa “Regimes de verdades sobre a instituição escolar em enunciados do projeto ‘Escola sem partido’”, cujo objetivo é analisar regimes de verdade que recaem sobre o ambiente escolar, por meio de enunciados presentes no Twitter. O projeto Escola sem Partido é um movimento político que emergiu em São Paulo, Brasil, em 2004, tendo como fundador o advogado Miguel Nagib, que centraliza a questão da atuação dos professores em sala de aula, buscando a imparcialidade e a objetividade do docente. Pretendemos, assim, a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos, pensar a constituição discursiva da instituição escolar pelos enunciados decorrentes de integrantes e simpatizantes do respectivo movimento político, sobretudo, em relação à noção de sexualidade. Por intermédio da análise de enunciados, observou-se que a estratégia discursiva que embasa a defesa do projeto “Escola sem Partido” se dá, entre outros, pela sensibilização da família, um dos principais instrumentos da governamentalidade para o controle da população.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; Regimes de Verdade; Sexualidade; Governamentalidade; Escola Sem Partido

Abstract: The present work brings some studies on the research “Regimes of statements about the school institution in project statements”, whose objective is to study regimes of truth that fall on the school, through statements on Twitter. The Escola sem Partido project is a political movement that emerged in São Paulo, Brazil, in 2004, with the founder of the lawyer Miguel Nagib, which focuses on the issue of teachers' performance in the classroom, seeking impartiality and objectivity on the part of the teacher. We intend, therefore, from the Foucaultian Discursive Studies, to think about the Discursive of the Institution by the Originating Utterances of Trainers and Supporters of the Political Movement, above all, in relation to the notion of sexuality. Through the analysis of statements, it was observed that a discursive strategy that supports the defense of the “Escola sem Partido” project is given, among others, by raising family awareness, one of the main instruments of governmentality for population control.

Keywords: Foucaultian Discursive Studies; Truth Regimes; Sexuality; Governmentality; Escola Sem Partido



1 Introdução

O presente trabalho é fruto das reflexões provenientes da dissertação intitulada “Regimes de verdades sobre a instituição escolar em enunciados do projeto ‘Escola sem Partido’”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL/UFU) no ano de 2020. O estudo teve como intuito analisar, a partir da perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os regimes de verdade sobre/para ambiente escolar presentes em enunciados colocados em circulação na rede social digital Twitter, especificamente aqueles relativos ao projeto Escola sem Partido.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram analisados 21 tweets de três perfis presentes na rede social Twitter, publicados no período da corrida presidencial no ano de 2018: i) da sociedade civil (@EscolaSemPartido); ii) do vereador Fernando Holiday (@FernandoHoliday); e, por fim, iii) do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (@JairBolsonaro). A partir do movimento analítico, observamos a presença de três regularidades discursivas no *corpus* de análise: doutrinação, sexualidade e docência. Para tanto, estruturamos o presente artigo em três momentos: no primeiro, procuramos refletir sobre as noções de poder e governamentalidade, em Michel Foucault; posteriormente, discutimos a instituição escolar como um dos espaços de exercício do poder sobre o corpo social, especificamente dos alunos; por fim, demonstramos nosso gesto de análise, que trata da sexualidade como uma regularidade discursiva presente nos enunciados analisados.

2 Poder e governamentalidade

Em Foucault (2012), nota-se que a ideia de poder disciplinar atua como instrumento/tecnologia capaz de adestrar os corpos, procurando com isso um sujeito ao mesmo tempo eficiente e dócil. Ademais, o principal pressuposto do poder disciplinar é aquele que será aplicado ao corpo por intermédio de técnicas de vigilância e de instituições punitivas. Não obstante, há também uma reformulação a respeito do que se toma enquanto uma instituição que busca punir. Para além da prisão, ambiente ao qual os sujeitos são direcionados para serem “castigados” por um crime, no poder disciplinar,

vigoram também outras instituições punitivas. Na instituição escolar, por exemplo, há mecanismos e estratégias próprios desse funcionamento: se o sujeito-aluno apresentar um comportamento que fuja do esperado e tido como correto, ele poderá ser punido por uma advertência ou suspensão. E desse poder disciplinar derivam duas perspectivas de institucionalização ou duas tecnologias de práticas do poder, descritas por Foucault (1999) como biopolítica e governamentalidade, já que, para além de mecanismos disciplinares concernentes ao corpo, há a presença de mecanismos regulamentares por um governo que incide sobre a vida e a população. Biopolítica e governamentalidade mantêm contato, de algum modo, com características do poder disciplinar, contudo, se exercem a partir de um funcionamento próprio e particular.

Lançaremos nosso olhar agora para os aspectos primordiais do que tomamos enquanto biopoder para assim compreendermos sua ligação com a governamentalidade. O biopoder pode ser entendido como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3). Esses mecanismos têm como centro de funcionalidade a busca pelo controle dos corpos populacionais. Corpo compreendido pela perspectiva foucaultiana como a materialidade que dá borda aos regimes de saber/poder e aos discursos que permeiam o meio social. Ou seja, trata-se do exercício de poder sobre a população e não somente de um indivíduo isolado. Nesse aspecto, o corpo passa a ser entendido como alvo do poder, capaz de ser gerido, moldado, multiplicando suas habilidades e contingências, majorando a vida.

Todavia, as relações de poder recaem sobre o sujeito em sua constituição social, no fio descontínuo da história, sofrendo transformações, rearranjos (FOUCAULT, 2012). Existem certas regras ou normas que sancionam a relação do sujeito com o corpo e que são sedimentadas a partir das noções postuladas pela biopolítica e, conseqüentemente, pelo biopoder. É notório que esses princípios partem do controle político sobre a vida.

Finalmente, devemos nos ater agora à perspectiva de poder que é mais cara ao nosso trabalho, a governamentalidade. Sabe-se que, ao longo da história, existiram diversas formas de se governar. Foucault (2012) mostra um panorama de como os governos foram se constituindo de acordo com as necessidades apresentadas pelas sociedades em que eles iriam imperar. A noção de como se deve governar vai, de certo

modo, se ampliando até chegar ao governo dos homens em suas relações com as coisas (FOUCAULT, 2012).

Entende-se, desta maneira, que a preocupação não se restringe mais a uma variável que não sofre oscilações drásticas ao longo do tempo, como exemplo, o território. A preocupação do governo deve residir nas relações que são estabelecidas entre o sujeito e o mundo a sua volta, inclusive com ele mesmo. Afinal, toda relação é construída, sobremaneira, discursivamente. Todo enunciado ao ser colocado em circulação provém de um discurso político, econômico, sexual etc. Neste sentido, a partir do deslocamento do governo de pessoas para o governo de suas relações, temos o surgimento do que se intitula governamentalidade.

Por ela deslocam-se relações de poder que, ao mesmo tempo em que condicionam, também são condicionadas, ou seja, há a conduta da conduta. Assim, o que se entende como governamentalidade é constituído por uma “prática refletida do governo”. Mas a qual governo essas práticas competem? Foucault (2008b) afirma que governo e Estado são distintos, mas, ao mesmo tempo, esse último não define as ações de que o governo se ocupará, e sim as técnicas governamentais que balizarão sua existência. Retornando a problemática do que é o governo, é preciso compreender, previamente, que o objeto do governo não se encontra em um território, mas nos homens. Entenderemos, neste estudo, que governamentalidade se refere aos fundamentos de operação do governo.

Ainda, devemos destacar a importância da família dentro da governamentalidade. Para exercer o controle da população, a família tem um papel central na aplicabilidade das táticas da governamentalidade para adquirir determinados desempenhos da população. Isso ocorre de tal forma que “quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo etc., – é pela família que se deverá passar” (FOUCAULT, 2012, p. 169). Em outras palavras, a família é um instrumento operacional da governamentalidade.

É o que, no movimento desta análise, elucidamos: o uso da família como instrumento tático de governamentalidade pelos enunciados do projeto Escola sem Partido. Percebe-se que, de certa maneira, existe, nesse contexto, uma prerrogativa de uma governamentalidade neoliberal (RESENDE, 2015), em que há a concepção de estratégias promovidas por meio de enunciados balizados pelo Estado que garantem que os sujeitos se constituam de forma ética e se tornem um capital humano. Neste sentido, a

governamentalidade pode ser encarada aqui como um funcionamento que utiliza o núcleo familiar como principal instrumento para a obtenção de certas práticas, conforme veremos na próxima seção deste trabalho. Afinal, geralmente, a escola é um ambiente em que os sujeitos estão submetidos às regras de condutas, sobretudo regulamentos que definam comportamentos e padronizações corpóreas. Assim, há um dado princípio de governamentalidade que impera na e sobre a instituição escolar.

2.1 Da instituição escolar

Para tratarmos da construção do Escola sem Partido, devemos voltar nossa atenção à noção da instituição escolar. Cabe nesse momento refletir a respeito da ideia de escola enquanto uma instituição de sequestro. Veiga-Neto (2003), a partir das reflexões de Foucault, explicita que a escola moderna produz um determinado tipo de sociedade, isto é, ao incidir sobre o sujeito no que se refere à interação social e ao comportamento social, por exemplo, ela serve de fundamentação primária na manutenção de um determinado poder que atua socialmente, pois “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 1996. p. 41).

Outro ponto pertinente para se examinar é que a escola molda os sujeitos-alunos por meio da vigilância e do adestramento, fato que faz com que a instituição escolar tenha como base o poder disciplinar, mas, ao mesmo tempo, atua também como instrumento da governamentalidade, por trabalhar com questões voltadas para o controle da população. Assim, objetiva-se com a escola a construção de corpos dóceis, uma vez que “um sujeito dócil é um sujeito fácil de manejar/conduzir porque aprendeu, assumiu e ‘automatizou’ certas disposições mentais-corporais mais ou menos permanentes [...]. Eles são capazes de se autogovernarem.” (VEIGA-NETO, 2008, p. 147). Ou seja, a instituição escolar, por entre meio de uma cadeia discursiva, insere os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem, em busca da docilização dos corpos.

Desse modo, estabelecemos essa noção de poder e, principalmente, o poder vigente no domínio do corpo para se pensar na escola enquanto uma instituição de sequestro. Compreende-se que uma instituição de sequestro é aquela que “passa dos suplícios, como castigos e violências corporais, para o disciplinamento que cria corpos

dóceis.” (VEIGA-NETO, 2005, p. 64). Ainda, segundo o autor, “se o terror destrói, a disciplina produz” (Idem).

Destacamos, a seguir, quais são os regimes de verdade vigentes no ambiente escolar e como eles contribuem para que a escola vigore enquanto uma instituição de sequestro. Especificamente, nesta pesquisa, pretendemos compreender como os enunciados do projeto Escola sem Partido presentes no Twitter incidem sobre a instituição escolar, a partir de um dado regime de verdades.

3 Gesto de análise: a sexualidade e o Projeto Escola sem Partido

O *corpus* de análise consistiu no recolhimento de enunciados publicados e colocados em circulação, e vinculados, de alguma forma, ao movimento Escola sem Partido.

Utilizamos a rede social digital Twitter, em que os usuários se conectam e podem, em 280 caracteres, construir *posts* pautados em qualquer assunto, sem que haja a necessidade de comprovarem veracidade ou as fontes de tais informações no exato momento de sua publicação¹. Com o aumento de inscritos nessa rede social, viu-se a proliferação de perfis filiados a uma perspectiva, seja ela científica, jornalística, profissional etc. Foi possível detectar uma crescente alta no surgimento de perfis que têm como intento a divulgação de dados delimitados por um regime de saber.

Nesta análise, o nosso intuito é pensar a respeito das discursividades presentes no Twitter, que são diversas e quase sempre estão em confronto suas práticas e exercícios de poder. O Twitter, visto como um suporte para materialidades enunciativas, permite a emergência de enunciados e a circulação de discursos, de regimes de verdades. No funcionamento discursivo dessa materialidade, nota-se, então, a presença de enunciados curtos, semiológicos (uma vez que podem ser constituídos pelo linguístico, por imagens – estáticas ou em movimento -, por sons), capazes de circular em curto espaço de tempo, principalmente pelo alto número de curtidas e replicações por outros usuários.

Ao todo, selecionamos 21 *tweets*, publicados no período da campanha presidencial de 2018, de três perfis presentes na rede social: i) da sociedade civil

¹ Durante a pandemia da Covid-19, em maio de 2020, a plataforma anunciou uma atualização em sua política de abordagem às informações enganosas. Disponível em: <https://blog.twitter.com/pt_br/topics/company/2019/atualizando-nossa-abordagem-a-informacoes-enganosas>. Acesso em: 23. Mar. 2022.

(@EscolaSemPartido); ii) do vereador Fernando Holiday (@FernandoHoliday); e, por fim, iii) do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (@JairBolsonaro). Ou seja, intentou-se trabalhar com enunciados provindos de três frentes: do próprio perfil do movimento; do vereador que naquele momento pertencia ao MBL e contribuiu na disseminação do projeto Escola Sem Partido, e, também, do então candidato Jair Bolsonaro, que se mostrou um grande defensor das premissas do Escola Sem Partido.

O referido projeto surgiu em 2004 na cidade de São Paulo (SP), e tem como fundador o advogado Miguel Nagib. Em um primeiro momento, teve como enfoque as escolas vinculadas ao estado de São Paulo, contudo, com a proliferação do viés social-econômico da direita, passou a ser difundido por todo o país. Em suma, o projeto tem como principal objetivo lutar contra o ensino com fins ideológicos, políticos e partidários que, supostamente, estão presentes em sala de aula. Entende-se aqui que doutrinação ideológica é tomada como uma prerrogativa exclusiva e postulada por um discurso da esquerda ou um discurso liberal.

Todavia, para este artigo, apresentamos as reflexões a respeito da sexualidade, especificamente a partir de dois enunciados que constituíram todo o *corpus* de pesquisa. Inicialmente, cabe trazermos à tona algumas considerações em relação à noção de sexo para que, desse modo, soe mais claro o que compreenderemos como sexualidade neste estudo.

Não há por que colocar a questão: porque o sexo é assim tão secreto? Que força é essa que, durante tanto tempo, o reduziu a silêncio e mal acaba de ceder, permitindo-nos talvez questioná-lo, mas sempre a partir e através de sua repressão? (FOUCAULT, 1998, p. 76)

O sexo sempre foi considerado um tabu. Foucault (1998) reflete que em nossa sociedade, os sujeitos enunciam “verdades” sobre sua sexualidade para sustentarem a “verdade” sobre eles mesmos, isto é, “os prazeres mais singulares eram solicitados a sustentar um discurso de verdade sobre si mesmos” (FOUCAULT, 1998, p. 62). De acordo com o filósofo, ao se refletir sobre a sexualidade, é preciso se atentar ao que ele denominou de dispositivo de sexualidade que, de forma geral, refere-se a

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do

dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2012, p. 138).

Tal dispositivo no encadeamento de uma relação entre os elementos heterogêneos pode ser tomado, segundo Foucault (2012), de duas formas. No primeiro modo, ele poderá ser encontrado como instrumento que pondere e disfarce uma prática discursiva que não necessite ser justificada para que os sujeitos se sujeitem a ela, ou seja, ele servirá como prospecto de uma dada instituição discursiva. No segundo modo, ele poderá ser usado para uma ressignificação da prática já institucionalizada, propondo um novo “campo de racionalidade” (FOUCAULT, 2012, p. 138).

O dispositivo de sexualidade visa, enfim, controlar corpos, modo de existência e de população. A seguir, destacamos o primeiro enunciado recortado para análise, em que já podemos projetar algumas considerações a respeito da sexualidade.

Figura 1 – JB3



Fonte: Extraída da conta @jairbolsonaro

O enunciado começa com os seguintes dizeres “ATENÇÃO: CENAS FORTES!”. Neste recorte, nota-se a crítica em relação à mídia audiovisual, uma vez que geralmente o enunciado “Cenas fortes” é veiculado em materialidades discursivas de cunho midiático, em especial, aquela que irá transmitir algo que corrompa a moral de seu interlocutor ou apresentar alguma cena que cause constrangimento ou sequelas por cenas consideradas como “fortes”.

O vídeo² inicialmente mostra quatro crianças simulando uma arma com um pedaço de madeira e marchando como se fossem soldados; em seguida, aparecem crianças em um forte e é possível subentender que uma delas finge atirar. Em todo o vídeo, a trilha sonora é o instrumental da cantiga infantil “Marcha soldado” e as imagens encenam a gravação de um vídeo caseiro. O termo “forte” é usado em uma conotação irônica. Vale refletir como funciona esse processo de ironia.

Para o perfil iii, as pessoas que se colocam contra os regimes de verdade que ele propaga encaram crianças brincando com armas como sendo algo errado ou imoral. Todavia, a presença desse vídeo não é aleatória, uma vez que atende a um dado regime discursivo; no fio descontínuo da história, ela é demarcada por um acontecimento discursivo. Desde 2001, existe uma campanha de desarmamento infantil³ de cunho pacifista; essa campanha tem sido disseminada pelo Ministério Público Federal (MPF), que tem, entre suas diretrizes, o objetivo de defender e garantir os direitos da sociedade. Neste aspecto, pensando que o MPF é uma instituição tal qual o Ministério da Educação (MEC) – que, como discutido anteriormente, é entendido como estando contaminado por preceitos ideológicos –, podemos aludir o uso desse vídeo como uma forma de criticar os sujeitos filiados a essa ideia de combate ao armamento que faziam parte do governo anterior e que, de certa forma, disseminaram essa noção de que armas são ruins. Pontua-se também que outro pilar da campanha política do perfil iii foi a questão do armamento.

Ademais, no enunciado, há o resgate da cantiga “Marcha soldado”. A música atrelada à encenação de soldados marchando abre a possibilidade para se pensar a criança enquanto um soldado. Assim, existe a emergência do seguinte questionamento: soldado do que? Dentro da hierarquia das Forças Armadas, soldado é aquele que ocupa o mais baixo escalão; dessa forma, é visto como aquele que vai cumprir ordens e obedecer a instruções. Pensando nisso, é importante elucidar que o perfil iii é de um capitão reformado do Exército⁴ e, seguindo a ordem hierárquica, o soldado deve obedecer aos comandos emitidos por um capitão. Ou seja, as crianças, tais como soldados, devem obedecer às vontades impostas por seus superiores.

² Disponível em: <<https://bitly.com/e4df5>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

³ Rafinha fez campanha pelo desarmamento infantil. **Turminha do MPF**. Disponível em: <<https://bitly.com/QNR56>>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

⁴ De capitão a presidente: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **G1**. 28 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://bitly.com/cflis>>. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

Por conseguinte, ao colocar valores e disciplinas associados ao vídeo certos sentidos se constituem. O marchar, dentro de uma perspectiva militar, é visto como uma forma de disciplina. Essa noção eclode por meio de um empréstimo da concepção de Frederico II, que “dava grande importância à Ordem Unida, e determinava que diariamente seus súditos executassem movimentos a pé firme e em marcha com a finalidade de desenvolver, principalmente, a disciplina e o espírito de corpo.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2003, p. 7). O marchar deve seguir uma padronização, ele não pode ser feito de qualquer forma e se constitui de forma coletiva e rítmica: todos fazem o mesmo movimento ao mesmo tempo. Visto desse modo, o marchar se liga à ideia de valor e disciplina no enunciado por se remeter a uma ordem padrão ou a um regulamento imposto. Ao ligar valor e disciplina a uma ordem militar se colocam em jogo as noções do discurso conservador.

Após a advertência inicial, no excerto do enunciado analisado, diz-se: “Não há nada de errado em ensinar valores e disciplina aos nossos filhos, pelo contrário, é fundamental e edificante”. Para se efetivar tal afirmação, há outra que a sustenta - existem pessoas que possam condenar essa atitude –, haja vista que erro é um termo usado para indicar algo que não segue uma direção apropriada. É preciso identificar, dessa forma, a quem é feita essa alusão de criticar o ensino de valores e disciplina. Pondera-se que ao afirmar ter ensinado valor e disciplina aos seus filhos, é demonstrado que sua preocupação com a metodologia empregada na escola advinha do cuidado que ele tinha com a instituição familiar.

Não obstante, no enunciado, coloca-se que o ensino de valor e disciplina é visto como errado pelas pessoas que defendem, por exemplo, a educação sexual para criança na escola. A partir disso, é preciso colocar em suspenso o uso do verbo “incentivar” em detrimento de outro. Incentivar é o mesmo que despertar o interesse ou empenhar-se na realização de algo, assim, quem, em sua visão, estaria promovendo a vontade das crianças por sexo? É perceptível que o *kit gay* apresenta grande recorrência nos *tweets* dos apoiadores do Escola sem Partido.

O *kit gay* se refere ao projeto “Escola sem Homofobia”, que buscava, como o próprio nome já diz, combater a homofobia no ambiente escolar. Assim, o MEC, juntamente de uma banca de professores e pedagogos, produziu um material que tinha como principal objetivo “alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter dispositivos

pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentam a homofobia”⁵ (MEC, 2009, p. 10). Entretanto, em 2011, após uma onda de críticas advindas das bancas conservadoras do Senado, os exemplares não foram distribuídos na escola.

A distribuição do *kit* é um estímulo à prática sexual, em um processo discursivo que apaga o projeto “Escola sem Homofobia” como uma política pública de saúde. Considerando-se o fato de o perfil iii estar filiado a uma formação discursiva de cunho conservador e patriarcal, é preciso verificar como é percebido por ele a noção de “sexualidade”; no enunciado, a sexualidade é reduzida ao “sexo”, não abarcando a própria educação sexual, de tal forma que falar sobre sexualidade com crianças e adolescentes se torna algo imoral. Impera-se a ideia de crianças serem consideradas seres frágeis, angelicais, inocentes – o que, por sua vez, também advém de um discurso religioso, que sustenta esses dizeres.

Notemos que o enunciado encobre a compreensão de educação sexual como

(...) um programa de ensino sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Seu objetivo é equipar crianças e jovens com o conhecimento, habilidades, atitudes e valores que os capacitem para: vivenciar sua saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais respeitosos; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e dos outros; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo da vida (UNFPA, 2018, p. 16. Tradução nossa).

Vemos que a educação sexual tem como principal objetivo elucidar questões a respeito dos comportamentos relacionados à sexualidade. Além disso, ao proporcionar um determinado conhecimento, conseguem-se evitar a propagação de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, gravidez precoce, experiências sexuais traumáticas e abusos sexuais. Neste esteio, para cada faixa etária, existem metodologias pedagógicas para se tratar do assunto, que leva em consideração a capacidade cognitiva dos sujeitos que estarão inseridos dentro daquele ensino.

Logo, a educação sexual não tem nenhuma relação com o incentivo à prática sexual; não obstante, ela pode ser entendida como um instrumento do biopoder que trabalha com questões de controle da vida, como já discutido. Discursivamente, o enunciado do perfil iii substitui a noção de educação sexual por ensino de sexo, da discussão e reflexão crítica da sexualidade – inerente a todo sujeito – para uma sexualização dos corpos, compreensão de que o sexo é algo errado, impuro.

⁵ Disponível em: < <https://bityli.com/8Yc1F>>. Acesso em: 16 de jun. de 2020.

Ainda no excerto em análise, o enunciado afirma: “A bronca de parte da imprensa é que não vesti meus filhos de menina, nem incentivei o ensino de sexo para crianças na escola”, referindo-se ao vídeo vinculado ao *tweet* em que crianças marcham como militares. Identifica-se a construção da noção de que por ter uma conduta mais conservadora e que busca defender a inocência da criança, o perfil iii não teria o apoio das mídias. Assim, operacionaliza a imagem de que seu opositor nas eleições, que contava com o apoio da mídia, tentava corromper os jovens com doutrinas e com alienação.

Quando nos deparamos com o fragmento “não vesti meus filhos de meninas”, percebemos a demarcação da necessidade de se separar os gêneros sexuais. Entende-se que “foi no interior do dispositivo da sexualidade que passou a operar o sistema sexo-corpo-gênero, conferindo um destino biológico específico para dois corpos distintos: homem e mulher, dois gêneros e o desejo a eles correspondentes” (CÉSAR, 2011, p. 162), isto é, no empreendimento de se controlar os corpos, houve uma designação do que é ou não é permitido a eles. Até a vestimenta deve ser vista como uma tática de se gerir as práticas discursivas às quais os sujeitos podem se submeter. Há também nesse fragmento um regime de verdade que se consolida a partir da ideia de que a discussão a respeito do “gênero” em sala de aula serviria como um ordenamento para que os meninos se vestissem de meninas e vice-versa.

Adicional a isso, em seus *tweets* que tratam da questão de sexualidade, há, como já mencionamos anteriormente, por parte do perfil iii, uma tentativa de dizer que nas escolas há o ensino de sexo e não de educação sexual.

Figura 2 – JB6



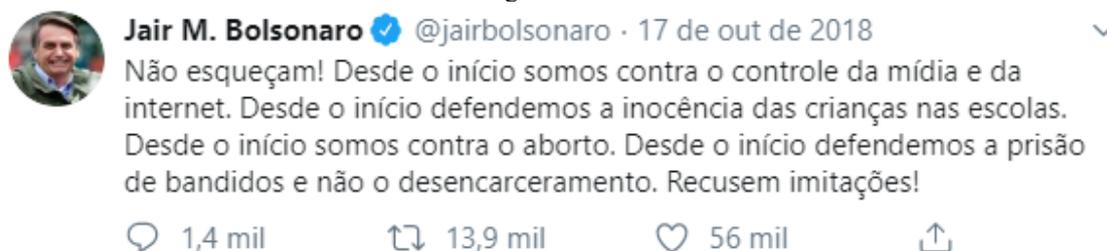
Fonte: Extraída da conta @jairbolsonaro

É importante, inicialmente, examinarmos as condições de possibilidade que balizam o enunciado. Sabe-se que existe uma tentativa de convencimento de que as escolas realizam uma doutrinação ideológica que é fomentada pelo partido ao qual o oponente do perfil iii faz parte⁶. Assim, o tempo todo, em seus enunciados, nota-se a presença de discursos voltados para a família e a tradição.

O *tweet* em análise foi postado após um debate divulgado por uma emissora de televisão em que ele apresenta um livro que, segundo ele, é distribuído nas escolas públicas e que tem como finalidade ensinar práticas sexuais às crianças. Novamente, há a promulgação da ideia de que educação sexual e incentivo à prática sexual são a mesma coisa. A partir disso, objetiva-se descredibilizar as mídias, inferindo que, só por meio do seu perfil, os sujeitos teriam acesso à informação verídica. E, ainda, pretende mostrar que o que vem sendo ensinado nas escolas corrompe os princípios de moralidade que circulam socialmente. Trata-se de um funcionamento próprio do discurso conservador, que sustenta práticas discursivas patriarcais, machistas e que recai, sobremaneira, no exercício da biopolítica, ao determinar o que pode ou não pode ser feito com o corpo social.

Outras prerrogativas a respeito da sexualidade também podem ser depreendidas no *tweet* a seguir:

Figura 3 – JB1



Fonte: Extraída da conta @jairbolsonaro

Como recorrente, o enunciado exalta a defesa da inocência das crianças nas escolas, utilizando-se de verbos na primeira pessoa do plural, como uma forma de asseverar que há um coletivo que pensa assim, que não é um pensamento isolado e de uma única pessoa. Além disso, o sujeito do enunciado faz dois apelos: o primeiro é “Não se esqueçam!” e o segundo “Recusem imitações!”. Em “Recusem Imitações!” há a

⁶ Cabe ressaltar aqui que o partido que figurou na corrida presidencial como oponente ao perfil iii foi o Partido dos Trabalhadores – PT.

prerrogativa de que quem iniciou a construção de uma proposta política que visa ao “bem” dos sujeitos e da sociedade em geral foi o perfil iii, havendo por parte dos outros partidos uma cópia.

Acrescenta-se, aqui, uma análise a respeito da anáfora estruturada com o uso do “Desde o início”. Por intermédio da repetição dessa estrutura, impera um dizer de que desde os primeiros momentos de campanha, o sujeito do perfil iii se pautou em perspectivas morais e conservadoras, ao contrário do seu oponente que só tece essa preocupação no segundo turno, quando é construída uma nova manobra política para se eleger.

Outro ponto de destaque identificado na análise é que, de todos os três perfis, o único que traz em seus enunciados questões de sexualidade é o perfil iii. Assim, pensamos, o que motiva essa regularidade discursiva justamente no candidato a um cargo governamental. Para tanto, nos é cara a noção de governamentalidade como proposta por Foucault (2012), em que a família passa a ser um instrumento de governo da população e, sobretudo, ao se buscar determinados saberes em relação à demografia, ao consumo e ao comportamento sexual é por intermédio da família que se chegará a um dado conhecimento. Ou seja, são movimentadas noções apelativas que choquem a instituição familiar, que é consolidada socialmente como a “família tradicional brasileira”, para que exista uma aprovação do portfólio político do candidato e, assim, ele consiga se eleger.

4 Conclusão

Por meio da análise do *corpus*, observamos que são produzidas verdades acerca da sexualidade, depreendidas dos enunciados. É notório que não há possibilidade de a escola permanecer alheia às questões que florescem socialmente, como exemplo, a sexualidade, o *bullying*, o racismo. Assim, em 1997, é publicada uma edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que tinha como foco os temas transversais, sob a justificativa de que “a educação para a cidadania requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos.” (BRASIL, 1997, p. 25). A partir dessa data foi requerida a inserção de educação sexual no currículo escolar por meio de temas transversais. Todavia, a partir dos enunciados analisados, é produzida uma verdade em que a escola estaria promovendo o afloramento da sexualidade do aluno, deslocando a ideia de “educação sexual” para a de “ensinar sexo”. Além disso, postula-

se que a escola corrompe a inocência das crianças para obter corpos dóceis que tenham dadas práticas que sejam benéficas para a manutenção de poder do discurso da esquerda.

Frente a isso, foi-se delineando como, nesses discursos, os regimes de verdade buscam introduzir a ideia de que a instituição escolar foi deturpada por preceitos que ferem a moral e os costumes que cotidianamente vinculam-se à ideia de “família”. Aqui, frisamos que a concepção de família brasileira ainda é, em algumas instâncias discursivas, pautada por uma série de questões vinculadas ao discurso conservador, religioso, patriarcal e machista e, dessa forma, certas práticas são imputadas como corretas; como exemplo, a perspectiva de que o homem é o detentor de toda “sabedoria” familiar e mulheres e crianças são seres inocentes e frágeis que dependem de um homem para a sua proteção; e outras são imputadas como erradas, como exemplo, a noção da criança como um sujeito autônomo e crítico que não se constitui enquanto um mero recipiente que não pensa.

Contribuição

Laurianne Guimarães Mendes: Conceptualização, Escrita - análise e edição; **Anderson Carnin:** Supervisão; Escrita - análise e edição.

Referências

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 867/2015.** Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em <<https://bitly.com/rh455>>. Acesso: 18 set. 2019.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. As novas de governo na escola: o corpo e a sexualidade entre o centro e as margens. *In:* BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Foucault:** Filosofia e Política. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.162-170.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

EL PAÍS. **O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis**. 25 de junho de 2016. Disponível em <<https://bityli.com/AOzax>> Acesso em 13 de dezembro de 2019.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Editora Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2008a.

FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. *In*: MACHADO, R. (org). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 65-73.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In*: MACHADO, R. (org). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 163-172.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Manoel B. da Motta (org.) e Tradução Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 100-107.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 138-163.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 4-12.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MEC. **Caderno Escola Sem Homofobia**. Brasília: 2009. Disponível em: <<https://bityli.com/8Yc1F>>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

MEC. **Síntese das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://bityli.com/7VqEU>>. Acesso em 17 de junho de 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de campanha:** Ordem Unida. Brasília. 2003.

NAGIB, Miguel. **Carta ao professor Iomar.** In: CARVALHO, Olavo. O estupro intelectual da criança. 19 de setembro de 2003. Disponível em: <<https://bityli.com/k8GsK>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault:** O Governo da Infância. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TANDOC Jr. Edson C.; LIM, Zheng Wei.; LING, Richard. Defining “fake news”. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, 2018, p. 137-153.

UNFPA. **International technical guidance on sexuality education.** UNESCO: France. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. IN: **Revista de Ciências da Educação**, Lisboa: Sísifo, n.7, p.133-142, 2008.

Recebido em: 20 de março de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Laurianne Guimarães Mendes
E-mail: laurianneguime@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9249-2900>

Vinícius Durval Dorne
E-mail: dorne.vinicius@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0629-0443>